

Adhemar Lourenço da Silva Jr.

Professor assistente do Departamento de História e Antropologia da Universidade Federal de Pelotas e doutorando em História do Brasil pela PUC-RS

Os Sindicatos na Idade da Pedra

Independente das definições possíveis, o âmbito da violência não pode prescindir de incluir o confronto físico em situações não-lúdicas, como ocorreu em março de 1917, durante a greve de trabalhadores das pedreiras e do calçamento (canteiros e calceteiros) em Porto Alegre. Saturnino Sandoval tentava convencer uma turma de calceteiros a deixar o trabalho, quando decidiu cacetejar Antonio Fabrete, xingando-o de “carneiro sem-vergonha”. Sandoval fugiu e, mais tarde, um grupo estimado em mais de cem trabalhadores atacou a turma de trinta calceteiros, com um saldo de vários feridos e quatro baleados, um dos quais morreu. O homicídio foi destaque na imprensa, e expressões como “movimento revolucionário”, “complô”,

“levante” foram utilizadas para se referir à greve, mesmo em jornais simpáticos ao movimento. O jornal governista *A Federação* condenava a greve e clamava por punição àqueles que ultrajaram “a nossa sociedade até então virgem de semelhantes brutalidades”.¹

Porto Alegre não era “virgem” de violências, pois padeiros eram famosos por ataques a fura-greves, espancamentos de homens e animais, tiroteios, incêndios de carroças, explosões de fornos, envenenamento de farinha etc., e, em janeiro de 1917, tecelões grevistas cobriram de cacetadas o mestre-das-oficinas. Mas esta era a primeira vez, salvo engano, em que ocorria um homicídio em conflitos de trabalho. A greve dos calceteiros

foi abordada mais recentemente por um autor que, ecoando os jornais, avaliou que a historiografia tende a “mascarar o caráter agressivo e irredutível do anarco-sindicalismo, (...) (e) obscurece a violência exercida pelos trabalhadores ideologizados”. Concordo apenas em parte com o autor. Com efeito, historiadores do trabalho costumam apresentar militantes anarquistas como intelectuais pacíficos, cuja eventual agressividade verbal não se transporia para o confronto físico, como alimentamos a expectativa de que intelectuais de hoje não o façam. Dessa forma, a violência sindical – e mesmo a criminalidade típica dos anarquistas expropriadores – desapareceria na historiografia brasileira. Minha discordância com o autor não é sobre a violência do caso, mas sobre seu caráter anarquista: demonstrarei aqui que esse foi um caso no qual a violência sindical foi um procedimento racional de resolução de conflitos de classe.²

Há poucos registros dos ofícios tradicionais de canteiros e calceteiros em Porto Alegre antes de 1915, quando foi iniciada a pavimentação de 515.568m² de ruas. O governo municipal republicano já tentara calçar ruas na década de 1890, para evitar os flagelos decorrentes do ciclo das estações: “o lodo no tempo do inverno e a poeira no tempo do verão”. Mas o serviço, executado por contratos individuais com os poucos calceteiros, corria o risco de custar muito por um calçamento não padronizado, refletindo

as diferentes capacidades individuais desses trabalhadores de ofício. O custo se elevaria mais quando proprietários de pedreiras, sabendo da necessidade do poder público e da construção civil particular, não queriam (ou não podiam, devido a baixos capitais, tecnologia ou capacitação da mão-de-obra) aumentar a oferta de pedras irregulares, paralelepípedos e lajes no mercado porto-alegrense. A carência da mão-de-obra especializada era crônica, a julgar pela repetição das exigências, trinta anos depois.³ Em 1913, quando foi iniciada a construção de esgotos, a Intendência Municipal de Porto Alegre aproveitou para trocar o calçamento das ruas em grande escala, pois a obra implicava “o revolvimento do solo”. Aberta a concorrência, estimando o custo da obra em mais de 5.000 contos de réis, várias empresas apresentaram propostas que ultrapassavam o valor ou que propunham modificações na técnica de pavimentação para se adequar à estimativa. Apenas a Empresa do Calçamento apresentou, para todos os tipos de pavimentação, preços 10% inferiores. A experiência da empresa carioca em obras de São Paulo e Salvador a fez ciente que o custo da execução do calçamento decorria, em parte, da remuneração da mão-de-obra, que oscilava entre 30% e 49% das despesas totais. A mesma empresa obteve a concessão para a exploração de pedreiras e ainda ganhou a concorrência para a construção de 600m do cais do porto de Porto Alegre, em 1916.

Canteiros e calceteiros não tinham o mesmo ofício e era raro integrarem o mesmo sindicato. O trabalho em pedreiras era “duro e pesado”, lembra um memorialista. Capatazes coordenavam turmas nas pedreiras, onde trabalhavam canteiros propriamente ditos, encunhadores e mineiros (trabalhando com explosivos). Diferentes técnicas de pavimentação e diferentes habilidades são requeridas dos calceteiros. Do objetivo da pavimentação dependerá o material (granito, basalto, borracha, madeira etc.), bem como a forma das “peças” e sua disposição (disposição padronizada com paralelepípedos retangulares, com pedras irregulares ou ainda o *granituilo*, com cubos basálticos dispostos em círculo), pois cada técnica visa obter determinado tipo de atrito, que é tanto menor quanto menores forem as irregularidades das “peças” e menor for o número de “juntas” (espaço entre as “peças”). Embora os padrões atuais de pavimentação procurem menor atrito e trepidação – obtido com o revestimento asfáltico –, não se pode esquecer que até pelo menos no ano de 1929 circulavam em Porto Alegre mais carroças que automóveis e que um revestimento muito liso inviabilizaria a circulação de animais ferreados em ladeiras. Nas pedreiras e no calçamento ainda havia duas “classes anexas”: os cavouqueiros (ou “socadores”) trabalhavam na extração de pedras e no preparo do terreno para pavimentação; os ferreiros trabalhavam no “reparo da(s) ferramenta(s)” e as repa-

rariam em qualquer lugar onde o ferro se encontrasse com a pedra, reduzindo, assim, o tempo de ociosidade.⁴

A Empresa do Calçamento ganhou as concorrências em Porto Alegre ao oferecer um custo inferior da mão-de-obra, pois não aproveitaria apenas os trabalhadores especializados em cantaria e pavimentação que moravam na cidade, mandando buscá-los alhures. Intermediários na colocação de mão-de-obra no Rio de Janeiro, chamados de “agentes”, ofereciam aos trabalhadores a jornada de oito horas e uma remuneração satisfatória. Nessas condições, era fácil obter mão-de-obra, não só devido à “crise por que atravessa o mundo proletário” (desemprego e baixos salários), como também porque o deslocamento de uma cidade à outra era pago pelo Ministério da Agricultura. Mesmo com vantajosos estímulos para aumentar a oferta de mão-de-obra, seria difícil verificar o êxito das medidas, se não houvesse uma constante mobilidade desses trabalhadores. É surpreendente a rotineira migração de trabalhadores em pedra, auxiliada por uma rede de obtenção de mão-de-obra que extrapola o município ou as regiões próximas. O trabalhador exerce o ofício continuamente, mesmo que tenha que se transladar de uma cidade a outra, em busca de melhores salários, condições de trabalho ou simplesmente emprego. Dentre os 78 trabalhadores com nacionalidades conhecidas (para uma estimativa total de seiscentos em Porto Alegre

na época), 69,23% haviam nascido em Portugal e Espanha, o que não era o padrão entre os trabalhadores urbanos no Rio Grande do Sul da época. Pode-se supor, ainda que os dados não permitam uma conclusão peremptória, que os solteiros migrassem mais facilmente, pois 54% dos rio-grandenses da amostra eram casados e 61% dos não-rio-grandenses eram solteiros. O calceteiro português Delfino dos Santos há 11 anos trabalhava em diversas cidades do Brasil e provinha do Rio de Janeiro “com o fim de empregar-se no calçamento desta cidade (Porto Alegre) o que logo conseguiu”. O ferreiro espanhol Severino Gomes, há 4 anos no Brasil, já trabalhara em Santos, São Paulo e Rio Negro (Paraná) antes de vir a Porto Alegre. O oleiro espanhol Longuinho Monumento provinha de Pelotas (Rio Grande do Sul), onde já trabalhava em pedreiras. O canteiro espanhol Daniel Quintas, desgostoso após a greve, pretendia ir-se a Buenos Aires. Felipe Prieto, secretário-geral, em 1917, do Sindicato dos Canteiros e Classes Anexas de Porto Alegre encontra-se no final de 1918 em Livramento (na fronteira com o Uruguai), onde lidera uma greve no Frigorífico Armour e, logo após, aparece como membro da Comissão Administrativa do Sindicato de Canteiros em Maldonado (Uruguai). A migração ocorria sempre que o mercado de trabalho oferecia melhores oportunidades alhures. Quando derrotados em uma greve, os trabalhadores optavam por migrar, como os cento e cinquenta trabajado-

res das “canteiras do Minuano” (Uruguai) que rumaram para Buenos Aires em 1917, ou como ameaçavam fazer os canteiros de Piriápolis (Uruguai), meses antes. O início do asfaltamento em Montevideu teria levado cerca de 80% da categoria ao desemprego: “os canteiros tiveram que emigrar ou dedicar-se a outros trabalhos”. Lembro que os marmoristas (outro ofício ligado a pedras) iniciadores da greve geral de 1906 em Porto Alegre, acabaram “embarcando para o Rio de Janeiro em busca de trabalho”, inconformados com a jornada de nove horas quando sua reivindicação era de oito.⁵

A rede de obtenção de mão-de-obra envolvia agentes em diferentes cidades, dentre as quais, como já mencionado, o Rio de Janeiro. Mas não é preciso supor que a rede se restringisse aos limites do Estado Nacional, porque a vinda do trabalhador europeu para o Novo Mundo é para “fazer a América” e não especificamente o Brasil, a Argentina ou o Uruguai, sendo possível encontrar “agentes” em diferentes cidades. A irrupção de uma greve de trabalhadores em pedra, em determinado local, não raro vinha acompanhada da ação apressada de “agentes” em recrutar novos trabalhadores em outras cidades. Fura-greves provenientes de Buenos Aires ocuparam postos em Paso del Molino (Uruguai) em 1915, fenômeno também documentado em Durazno, em 1919 e em Tandil (Argentina) em setembro de 1913. Interessante foi o ocorrido nas pedreiras de Capão do Leão, no

Rio Grande do Sul: trabalhadores contratados na Argentina souberam que ocupariam as vagas de recentes demitidos por ocasião de uma greve, “e partiram no mesmo vapor que os trouxera”.⁶ As migrações do Velho para o Novo Mundo, comuns na virada do século, assumiram um diferente sentido para os trabalhadores em pedra: ao invés de simplesmente optarem pela inserção no mercado de trabalho brasileiro ou português, por exemplo, o deslocamento transoceânico resultaria no alargamento de uma rede de obtenção de mão-de-obra em nível global. Dizendo-se de outra forma, a percepção do mercado de trabalho por canteiros e calceteiros não era local ou nacional, mas constituída por um espaço amplo e descontínuo, envolvendo diversas cidades da América do Sul e mesmo da Península Ibérica. Assim, ao contrário de observações genéricas sobre a mobilidade geográfica ser um fator de retardamento no desenvolvimento da consciência de classe, o súbito aumento na demanda de mão-de-obra em determinada região gerava uma situação propícia para a rápida organização dos trabalhadores recém-chegados: de um lado, chegavam “sem dinheiro, sem relações” e, de outro, compartilhavam rapidamente da convivência não restrita apenas ao local de trabalho. Ao fornecer habitações individuais ou coletivas, prover alimentação também coletiva ou remunerando em vales só descontáveis em determinados lugares, o patronato criava espaços de sociabili-

dade algumas vezes invisíveis ao seu controle. Os três fenômenos ocorrem em Porto Alegre (1916 e 1917), Cotia e Ribeirão Pires (São Paulo), em Montevideu (1901) e na Argentina, em Tandil (1908-1909), Los Pinos e Balcarce (1913). Alguns calceteiros habitavam em Porto Alegre, faziam refeições e sesteavam em um acampamento na zona urbana. Também em Pelotas havia “pequena(s) casa(s) de madeira” para os trabalhadores das pedreiras de Capão do Leão. Na Colônia Africana, em Porto Alegre, diversos trabalhadores em pedra foram detidos em batidas nos restaurantes durante a greve de março de 1917, tendo 26 deles, entre grevistas e não-grevistas, declarado morar no bairro. Em uma única casa foram presas 17 pessoas, e outras 15 o seriam em um restaurante do bairro. O depoimento de José Antas confirma a convivência em “restaurantes” (possivelmente não eram mais do que bodegas com comida), pois, embora trabalhasse “por conta própria” em uma pedreira da Colônia Africana, conhecia “apenas de vista” os líderes da greve. Além dos restaurantes, era na Colônia Africana que os trabalhadores mantinham o clube de futebol e, segundo corria, escondiam “armas Winchester de 15 tiros e três bombas de dinamite” durante a greve.⁷ A estreita convivência era acentuada pela tentativa de manter incólumes certos laços frente à constante migração, levando parentes a tomarem os mesmos ofícios e rumos. Ao longo do processo (ver notas) são citados os irmãos que traba-

lhavam e moravam juntos, Félix e Dorotheu Rivera; Feliciano, José e Francisco Sales; Luís e Fernandes Peralvo; Jaime e Daniel Quintas. Anos antes, a reunião para tornar uma seção sindical entre canteiros do subúrbio contou com a presença de Gustavo e Guilherme Crúne, Sílvio, Emenegildo e Júlio Soligo, além de Luís e João Maestero. O sobrenome de quatro fura-greves de Ribeirão Pires, em 1913, era Muselli, e de dois grevistas em Capão do Leão, em 1925, eram Fracassi. Por não comparecerem ao trabalho no 1º de maio de 1908, no Rio de Janeiro, o canteiro M. Barbosa e seu irmão foram demitidos. Também no Uruguai se verifica esse fenômeno: em La Paz trabalhava o capataz Domingo Galichi junto com dois filhos, o mesmo ocorrendo em Piriápolis, com respeito a Batista Padiñoli e seu filho.⁸

De um lado, a concentração rápida de trabalhadores especializados e, de outro, a migração constante dissolvendo laços solidários: como constituir um sindicato? Por padrão, os sindicatos das categorias se empenhavam no controle da oferta de mão-de-obra nos locais (*closed shop*), possível na confluência de três fatores: anuência patronal, rede de informações semelhante à dos “agentes” e disciplina. A estratégia racional de administração da violência em meio a conflitos de trabalho se relaciona à disciplina sindical que, entre canteiros e calceteiros, era mais provável se bem manejada a migração. Trataremos bre-

vemente dos primeiros dois fatores para nos determos mais detalhadamente no terceiro.

É claro que muitos dos conflitos de trabalho envolviam a imposição ao patronato do *closed shop*. A greve de março de 1917 em Porto Alegre também o foi, quando a primeira reivindicação era a demissão do capataz Rivera e seu irmão. Já em setembro do ano anterior, as categorias venceram greve quando reivindicavam, entre outras coisas, a readmissão de demitidos e “não poder a empresa despedir operário sem motivos justificados”. Chega a ser cansativo inventariar os conflitos de trabalho relacionados à imposição do *closed shop*: a Sociedade Regeneradora de Canteiros de Mútuo Melhoramento de Montevideu o exigia do patronato, já em 1895. O descumprimento da medida pelo proprietário das “canteiras El Minuano” (Uruguai) deflagrou uma greve (derrotada) de oito meses. Na Argentina, a greve de 1908-1909 em Tandil obteve a reivindicação, que foi violada pelo patronato em 1913.⁹ Mais interessantes que as reivindicações são as eventuais atitudes do patronato, que cria associações sob seu controle. Um dos temas que os militantes argentinos enfrentaram no congresso de unificação de centrais sindicais em 1914 era o estreito contato que a Sociedade de Canteiros de Montevideu mantinha com a Sociedade de Canteiros de Tandil, organização acusada de patronal e rival da União Operária das Pedreiras

de Tandil. Anos mais tarde, em Tandil, o patronato criaria, com o mesmo objetivo, uma certa Sociedade de Trabalho Livre.¹⁰ Mesmo que o sindicato não tivesse orientação patronal, havia um motivo para os patrões reconhecerem o *closed shop*: o “agente” é pago para obter o maior número de migrantes, mas não se responsabiliza pela qualidade do trabalho efetuado. Ignora-se a existência de rituais instaurando a condição de “oficial” e que, portanto, poderiam dar alguma segurança ao patronato sobre a qualidade do trabalho efetuado, mas, aparentemente, só os oficiais eram sindicalizados em Porto Alegre, o que José Fernandes considerava natural: “sendo servente, não é sócio de sociedade alguma”. No caso da Empresa do Calçamento em Porto Alegre, que responderia perante o poder público pela qualidade dos paralelepípedos e do calçamento, era importante confiar ao sindicato parte do controle sobre a qualidade do trabalho. Foi o que ocorreu no caso dos 11 calceteiros inicialmente demitidos em setembro de 1916, quando foi acordado, depois da greve, que, se o sindicato avaliasse que de fato produziam pouco (como dizia a empresa), concordaria com a redução salarial. Também na Argentina, uma greve em La Plata durante o ano de 1919 reivindicava a co-participação do sindicato em avaliar a qualidade do trabalho executado, assegurando ainda que este sindicato reconheceria como empregador apenas o patrão contra o qual, naquele momento, se opunha.¹¹

O patronato se interessa por criar associações e os sindicatos são capazes de impor suas condições quando ambos são afetados – e pretendem interferir – na oferta de mão-de-obra nos locais. Ambas associações concorrem, na verdade, com os “agentes” recrutadores, mas só o podem fazer se mantêm redes de relações com o conjunto de associados (ou “agentes”) em outros locais. No que tange aos sindicatos, o trabalhador migrante deveria levar consigo um certificado de associação ao sindicato da cidade de origem. A prática transcendia os limites continentais da América do Sul, como se vê pelos contatos entre os canteiros do Porto, Matozinhos e Leça (em Portugal) e os colegas do Rio: “aqueles que compareçam sem o competente certificado, pedimos não reconhecê-los como operários, criando-lhes embaraços para que sintam a necessidade de agremiar-se.” O “passe” ou “passo” deve ser bastante semelhante nos vários lugares, a julgar pela quase coincidência dos textos e das referências: “Os saudamos como de costume, e recomendamos os portadores (dos certificados) pelo comportamento a respeito do movimento. Pedimos que lhes seja dada a proteção que merecem, assim como faria este comitê com os que se apresentarem da mesma forma.”¹²

Ao apresentar brevemente os dois fatores (anuência patronal e rede de informações semelhante a dos “agentes”) já indiquei alguns elementos do terceiro, a disciplina sindical. No caso do *closed*

shop, a associação ao sindicato é compulsória, pois é ele que tenta administrar a ordem das admissões ao trabalho. Quando o patronato resiste ao monopólio sindical, nem sempre a resposta dos trabalhadores é a da violência física. Na pedreira municipal de Porto Alegre, um trabalhador se apresentou ao capataz com um cartão do diretor. Mal começou a trabalhar, os demais canteiros prorromperam em "hostilidades" que fizeram José Grana reclamar ao capataz. Em meio ao bate-boca de greve, um canteiro teria declarado que o cartão "serviria para outro fim" que o "decoro" do diretor da pedreira não o permitia dizer, mas que outros o disseram: "o cartão dele só serve para limpar a bunda".¹³ Embora com termos já publicáveis, não menos agressiva é a linguagem de um panfleto de boicote à pedreira de Rodolpho River, em Porto Alegre. Homens como ele são qualificados, em uma única página impressa, de "indignos", "repugnantes", "répteis venenosos", "impregnados de uma tara moral em tal grau pervertida", dotado de "garras de abutre insaciáveis", "corruptos de alma", "pervertidos de sentimento", "tiranetes de feia e triste figura", cuja "única preocupação (...) é o vil metal", "hipócritas", "sugadores de sangue", "pobres diabos ressuscitados", "degenerados". O próprio River seria "desumano", "mesquinho e miserável", de "péssimo e mesquinho proceder", "malféfica figura humana", cuja história é "mais negra que um monte de tormenta".¹⁴

Ainda volto a Rodolpho River, mas me

permito continuar com a disciplina sindical. Além de ser compulsória a associação, os estatutos do sindicato em Porto Alegre (artigos 4 e 24) previam castigos a quem não comparecesse às assembléias da categoria. Também o sindicato de Paso del Molino impunha multas a quem faltasse "sem causa justificada (...) a duas assembléias", medida que foi tomada contra a irresponsabilidade dos jovens, "vergonha da seção".¹⁵ O controle sobre a migração, qualidade do trabalho, direito de admitir e demitir, e de se filiar ao sindicato era exercido, em Porto Alegre, por um cargo administrativo previsto nos estatutos denominado "delegado". Ao cargo competiria representar a categoria em cada "pedreira ou oficina", associar os trabalhadores ao sindicato, cobrar mensalidades, zelar pelos interesses dos associados, obrigar o patronato a pagar pontualmente, autorizar a paralisação do trabalho (em caso de greve) e decidir pela admissão de novos trabalhadores em cada pedreira, turma ou oficina. É por meio do delegado que o sindicato se contrapunha à intermediação da mão-de-obra por parte dos "agentes" de diferentes cidades. Assim, o sindicato não é, necessariamente, uma entidade externa à categoria: é pelo sindicato que passa a própria possibilidade de obter-se emprego por esses trabalhadores em constante migração. E os estatutos prevêem funções efetivamente exercidas, como se vê pelos depoimentos do ferreiro Firmino Lopes, que pagava 1\$000rs recolhidos mensalmente pelo delegado

da pedreira onde trabalhava, ou de Antônio Pires que “deixou de pagar (e) foi excluído do sindicato”. A base da categoria não se refere aos delegados por esse nome, mas por outros que atestam melhor a percepção do papel e legitimidade do sindicato e de seus cargos administrativos. Ao serem interrogados sobre o ato de participar na greve, os trabalhadores em pedra tomavam a orientação do sindicato como uma ordem válida, transmitida por colegas que estão no exercício impessoal de cargos da entidade. Manuel Dias e seus colegas “tomaram parte na greve devido à ordem dos chefes do movimento nas pedreiras”. O calceteiro Fernandes Peralvo, irmão do capataz Luís, “foi obrigado a acompanhar a greve, ordenada pelo sindicato, por terem todos levantados (sic) o trabalho”. Outro depoente, dando conta da visita de uma comissão às pedreiras, declarou “que obedecendo aos mesmos que eram dirigentes, (os canteiros) não trabalharam”. Também Luís Teixeira e seus colegas “pararam o trabalho por ordem do sindicato”. A expressão chave para o tipo de relacionamento que a base mantinha para com o sindicato é “envolver-se em questões/em greves”. O canteiro Alfredo Lages disse que “na pedreira os operários pouco se envolvem em questões do sindicato”, por causa da distância que separava a sede, “na cidade”, da pedreira da Serraria, por exemplo, viagem que duraria “de quatro a cinco horas”. Também o ferreiro Severino Gomes “é sócio da Federação Operária, porém raramen-

te ia àquela porque não se queria envolver em questões”. Já Albino Batista, “mesmo sendo sócio do sindicato, não comparecia à sede por não dar-lhe apreço.” O canteiro Joaquim Pereira de Jesus declarou “que assistiu ao meeting realizado, simplesmente como um homem do público, não se imbuindo no que disseram os oradores”. Por que tão poucos se “envolviam em questões”, se todos os oficiais eram sindicalizados, conforme consta em diversos depoimentos? Isso ocorria não só por causa do *closed shop* (e a sindicalização compulsória), mas também, segundo o depoimento de Alfredo Ferreira, “para não ser malvisto entre os seus colegas de arte”.¹⁶

Depoimentos em processos criminais não são reflexo da realidade, e o grau de impessoalidade na referência aos delegados – e ao próprio sindicato – poderia ser condicionado pelo fato de estarem detidos a maior parte dos canteiros e calceteiros que eram citados na documentação consultada. Contudo, à expectativa de que os depoentes digam à polícia não conhecer ninguém e “não se envolver”, se contrapõem o destemor em se declarar sócio do sindicato, acrescido do relato do ocorrido no encontro de uma vítima com um dos agressores. Francisco Sales e seu irmão, ambos serventes e fura-greves, não eram sindicalizados e foram ambos feridos no ataque de 19 de março de 1917, sendo que um deles chegou a depor no hospital. Heitor Guimarães dos Santos participara da tur-

ba pela manhã, fugira após o ataque sem voltar à sede do sindicato, e pela tarde soubera da morte do calceteiro Luís da Silva, quando encontrou um dos Sales. Este, ao contrário de uma previsível vingança, teria compreendido a impessoalidade do ataque violento pela manhã, advertindo o agressor: “é melhor você não trabalhar porque você pode tomar uma camaçada de pau (...) (do secretário do sindicato, que estava) escondido e armado de pau com o fim de dar no depoente”.¹⁷

Após o decreto de uma greve ou boicote a uma pedreira, os refratários à determinação do sindicato podem sofrer consequências, que, se chegam ao confronto físico, são melhor documentadas. Em agosto de 1901, ocorreu uma “batalha campal” entre os operários da “canteira de Teja” (que produzia pedras para a construção do porto de Montevideu) e a polícia, que protegia fura-greves. Quando da greve generalizada de 1913 em Puerto Sauce (Colônia, Uruguai), um policial a cavalo quis prender um canteiro grevista. O filho de um dos envolvidos contou que “um paralelepípedo se encontrava perto, e quando o outro (policial) pegou o revólver, meu pai arremessou a pedra e afundou-lhe o osso parietal”. Nesses ataques a fura-greves, diversas vezes são invocadas expressões envolvendo a honra do ofício. Em abril de 1909, os canteiros do Rio de Janeiro reivindicaram aumento salarial, conclamando: “chega de covardia! Faça-

mos cumprir a tabela (de salários) embora para isso seja preciso empregar a violência.” No decorrer dessa mesma greve houve alguns “traidores” (expressão bastante freqüente) que logo ficaram “sem vontade de trabalhar, tal o susto que levaram”.¹⁸

Mas nem sempre o confronto físico é utilizado como punição aos fura-greves, porque os próprios sindicatos criam meios de escarmentar os reticentes. Mais vergonhoso do que não entrar em greve parecia ser fazê-lo após tê-la aprovado em assembléia. Uma extensa nota proveniente de La Paz (Uruguai), pretensamente destinada a “justificar” a atitude tomada por três fura-greves, procura antes puni-los pela ridicularização e difamação. O primeiro, Francisco Bataglioti, era acusado de ser um canteiro incompetente, pois era “incapaz de ganhar a vida”, a não ser se fazendo de “rufião dos patrões”. Já a noiva de Henrique Trapolini, além de surrá-lo com freqüência, tomava-lhe todo o dinheiro que ganhava. Continua a nota: “... quando começou a greve, voltou para casa, e a mulher, ignorando o que se passava, e sem perguntar-lhe, lhe deu uma sova soberana, prometendo-lhe outra no dia seguinte se não fosse trabalhar. Isto é o que dizem as más línguas”. Se Trapolini já se submetia (suprema infâmia!) à sua noiva, o que dizer de Amadeu Macchi, “que em tempo normal se vê condenado permanentemente a cozinhar talharim”, prato preferido de sua esposa que, du-

rante a greve, fê-lo ainda lavar os pratos. Cansado da tarefa, Amadeu preferiu voltar ao trabalho.¹⁹ Os dois últimos exemplos deixam explícito o teor da ridicularização corrente entre os trabalhadores em pedra, que é o da falta de hombridade, mais freqüentemente referida pelo termo “carneiro”. Sabe-se que o termo era usado no Rio de Janeiro e em Porto Alegre, mas o Uruguai é fértil em expressões derivadas, desde o verbo *carnearear*, até outros substantivos e verbos que ampliam a ridicularização: *pastorear*, *borrego*, *lanudo*, *guanpudo*, aos quais se fazem ameaças de “romper-lhes os cornos” e pô-los em “remate público”.²⁰ Mas os sindicatos também aplicam penas maiores que o escárnio. Em 1909, no Rio de Janeiro, “alguns (carneiros) foram condenados a ficar parados um tempo determinado e vir à sede todas as noites para assinar os seus nomes, isto durante um lapso de tempo que varia entre trinta e noventa dias”. No Uruguai, o “carneiro” Donato Sangiovani teve de pagar ao sindicato uma multa equivalente à sua remuneração durante o período de greve, além de se submeter a uma suspensão de um mês, isto é, não poderia trabalhar. E em São Paulo, a União dos Canteiros também julgava sócios e impunha multas, em 1917.²¹

Pelo fato dos trabalhadores e das pedras circularem, tão ou mais importante que as greves são os boicotes, que normalmente resultam de algum insucesso ocorrido nelas. Longe de pacíficas formas de

recusa ao consumo, o uso do boicote dizia normalmente respeito à proibição de se empregarem trabalhadores nas pedreiras acometidas pela campanha. A primeira forma também existiu, como quando empresas de calçamento de Buenos Aires foram avisadas pelo sindicato local que deveriam recusar as pedras do Capão do Leão, no Rio Grande do Sul, onde havia greve. Os boicotes a empregadores também poderiam se revestir de confronto físico, quanto mais porque os trabalhadores admitidos certamente não foram orientados a fazê-lo pela associação sindical. Assim, os canteiros de Maldonado (Uruguai), boicotando Pedro Antônio Schiavoni, partiram quase todos para Montevidéu: os que ficaram na cidade vigiariam a pedreira para impedir a presença de “carneiros”. Não apareceram “carneiros” em Maldonado, mas o que aconteceria se para lá migrassem? A possível resposta pode ser encontrada no relato, em tom de epopéia, sobre o ocorrido em Santos, em 1913:²²

Foi então que os operários todos se revoltaram e resolveram fazer valer a sua dignidade de homens conscientes e respeitadores de sua causa, e em uma massa, compacta desfilaram em direção à pedreira, onde estavam os *crumiros*, e fizeram uso da ação direta, fizeram evacuar a pedreira.

Como os traidores resistissem à intimação dos camaradas, estes avançaram e foram cumprindo o seu dever, do que resultou sair alguns *crumiros*

feridos e estropiados, que miseravelmente pediam misericórdia.

Nenhuma conduta violenta parece ter resultado do boicote a pedreira de Rodolpho River, em Porto Alegre, mas o dano físico a esses trabalhadores não era restrito aos acidentes de trabalho. A greve de março de 1917, da qual resultaria o processo, originou-se de uma briga entre dois calceteiros de uma turma e da intervenção do capataz, irmão de um deles, ameaçando o terceiro com uma faca. Manuel Domingues residia no Hotel dos Viajantes, onde também morava Isidro Vicente, líder operário em Porto Alegre. Não tendo o primeiro entrado em greve em março de 1917, o segundo tornou-se “seu desafeto”. Pelo menos dois casos de ferimentos (um voluntário e outro acidental) com armas de fogo portadas por trabalhadores durante o serviço ocorreram em Pelotas.²³ A epopéia acima narrada em Santos se deu porque o empreiteiro recebeu a comissão de negociação dizendo “que havia chumbo e bala” para a garantia dos fura-greves, e o boicote a River fora deflagrado por ter ele “a pretensão de falar com desaforos e despotismo a seus operários, desafiando-os belicosamente com armas na mão”. São tantos os registros de confronto físico entre trabalhadores em pedra – mesmo os que não dizem exatamente respeito às reivindicações do mundo do trabalho – que já não estranhemos quando o artigo dezoito do estatuto do sindicato de Porto Alegre alinha, entre seus objetivos, protestar contra os maus-tra-

tos dos mestres ou empreiteiros a seus associados.

Mas não é apenas protesto contra maus-tratos, mas o uso de um meio freqüente entre os membros das categorias para a resolução de seus problemas. O papel do sindicato é claramente o de disciplinar a administração do confronto físico, e utilizar esse meio quando julgado eficiente. Uma pequena greve em uma única turma onde um capataz ameaçou de faca um calceteiro por questões pessoais: esse pequeno conflito de trabalho se torna um problema geral das categorias quando a comissão que tentava readmitir o ameaçado teve como resposta do engenheiro-chefe da obra em Porto Alegre o locaute nas pedreiras. A partir daí, o sindicato assume a negociação e exige que se entreguem vários implicados à decisão da assembléia geral da categoria, o que era o ponto central do desacordo. As crescentes reivindicações contrastam com a decrescente polidez dos ofícios enviados pelo sindicato à empresa ao longo dos primeiros dias de março de 1917. Na manhã de 19 de março, grupos de grevistas abordavam os “carneiros” do calçamento com diferentes argumentos: cortar o pescoço, receber insultos, arrepender-se caso trabalhassem e mesmo – talvez o mais sortudo – receber 1\$500 por dia não-trabalhado. O medo dos “carneiros” tendeu a ser revertido pelo capataz da “turma nove”, que os estimulava a reagirem, como homens que eram, e como assim fizeram quando puseram a correr o segundo se-

cretário do sindicato, Saturnino Sandoval, que caceteara Antônio Fabrete. Cerca de duas horas depois, com a assembléia geral reunida a poucas quadras do local, combinava-se o ataque à “turma nove”, quando Longuiño Monumento quis se retirar para não tomar parte. Um canteiro lhe barrou a saída dizendo “não sai ninguém”. A assembléia escolheu o momento para o ataque, que resultou em feridos, um morto, processo, julgamento (e absolvição) e que, afinal, resolveu a greve, pois ninguém mais trabalhou em pedras enquanto os implicados não foram demitidos. É verdade que o sindicato pagou o preço do advogado, mas, até julho desse ano, os trabalhadores em pedra de Santos, Rio de Janeiro, Garibaldi e Carlos Barbosa já tinham contribuído com 226\$000.²⁴

Violentos, sim, mas por serem anarquistas?²⁵ Duas razões permitiriam responder afirmativamente. A mais abstrata é a de que o sindicato promulgava normas e as fazia cumprir, normas que permitiam o trabalho dos cadastrados, obrigavam a participação em assembléias ou que proibiam a atividade de fura-greves. Além disso, os associados o percebiam como exercendo violência legítima e consoante a essas normas, racionalmente deliberadas. Ao romper o monopólio da violência legítima pelo Estado – não pela simples aplicação da violência, mas pela legitimidade garantida pelo *closed shop* – o sindicato pode ser pensado como fundado na idéia de outra legitimidade que

não a estatal e, por conseguinte, como capaz de regular parcelas da ordem social como pretendiam muitos anarquistas. A segunda razão é bem menos abstrata: foram apreendidos folhetos anarquistas na sede do sindicato, que funcionava na Federação Operária, onde também atuavam anarquistas conhecidos.

Contudo, a tendência a exagerar a presença do anarquismo no movimento operário da época teria problemas com os trabalhadores em pedra: sua agitação tem momentos violentos imputáveis ao fervor revolucionário, mas sua base tem motivos para perceber o sindicato como dispendo de “chefes”, “ordens” etc., e não como espaço “libertário”. Na verdade, a associação era sindicalista (politicamente neutra, como declaram os estatutos), e suas lideranças, anarquistas que divulgavam o folheto *O ideal libertário* em assembléias da categoria. Diferenças políticas nas lideranças das redes de entidades levariam a momentos de tensão, como na Argentina, onde muitas vezes se debatiam as relações dos sindicatos de canteiros afiliados a federações rivais. Tensa é também a correspondência de Porto Alegre à Federação Sul-Americana de Canteiros, com sede em Montevideu, que depois de 1918 passou a apoiar o poder soviético, dizendo: “que não aderiam se esta não concordasse com os princípios do sindicalismo revolucionário”, a diplomática e evasiva resposta fê-la se filiar. Filial-se à Federação, independente de posições políticas

em momento crítico do debate, não era uma questão menor, porque parte da legitimidade do sindicato dependia das relações estabelecidas alhures e as diferentes orientações políticas ou deveriam se homogeneizar, ou deveriam colaborar. Um dos objetivos do Sindicato das Pedreiras do Rio de Janeiro, ao se filiar à Federação, era conseguir endereços das “sociedades congêneres”. É provável que muitas, filiadas à Federação, fossem de cidades onde sindicatos de trabalhadores em pedra eram os primeiros organizados, ou então, das principais associações de classe, como seria Ribeirão Pires e Cotia (São Paulo), Maldonado (Uruguai), Tandil, La Falda e Vila Dolores (Argentina). A correspondência entre as entidades brasileiras e a Federação era algo valorizado pelas entidades e pela representação, pois uma carta de Porto Alegre à entidade fora extraviada pela censura, enquanto que os funcionários do correio em Ribeirão Pires se negavam a entregar o *El Picapedrero*, por serem “jornais subversivos”.²⁶

Mas a explicação para sindicatos com orientações políticas distintas associarem-se em uma Federação Sul-Americana não se restringe à conveniência relacionada à migração, ou a uma civilizada convivência pluralista. Ao trabalhador comum, era indiferente a orientação política das lideranças, talvez porque esta carecesse de distinções significativas. Isso é mais provável, quando se verifica uma situação existente em Porto Alegre,

passível de ser generalizada: o analfabetismo. De 88 trabalhadores depoentes no processo, 24 se declararam alfabetizados, trinta “assinaram” seu depoimento com o polegar e 34 o fizeram desenhando letras. Também no Rio de Janeiro, “os canteiros na sua maioria (eram) escassos de conhecimentos”. Isso importaria para caracterizar a orientação política do sindicato, porque tendencialmente os analfabetos teriam dificuldade de expressão ou desinteresse em questões estribadas em conceitos abstratos, mormente políticos, tais como “sindicato”, “partido”, “eleição” etc. Poucos canteiros analfabetos de Porto Alegre dão depoimentos consistentes: eram típicas as *brief responses* e a própria polícia não parecia estar interessada nos analfabetos, pois seus registros não trazem idade, estado civil, eventualmente local de nascimento ou ofício. Isso ajudaria a matizar o anarquismo na categoria. O analfabeto José Gulias teria distribuído o livreto anarquista em assembléias da categoria, mas o oleiro espanhol em cujas mãos o foi apreendido, declarou que tendo pouca instrução e desconhecendo o português não sabia o que era *O Ideal Libertário*.

A própria liderança do sindicato não parecia especialmente alfabetizada, como se pode ver em um dos cinco ofícios enviados à direção da empresa, em meio às negociações:²⁷

Rezolveu a classe em jeral, que terminantemente para convinar con os

operários e o Sr., para que sejam expostos os trabalhadores já citados cinco vezes, e seja admetido o cap. gironimo também precisa que os trabalhadores ou sejam calceteiros tenham caído aberta para assim poder fazer mais alguns dias de serviço, Não sendo tomada essa resolução continuaremos, lutando, pela causa, não tumando ou assumindo a responsabilidade este Sindicato pelos danos que possam ocorrer.

Pela Comissão esperamos

Resolução por iscrito.

O fato de haver analfabetos ou semi-alfabetizados nas categorias não me leva a crer que canteiros e calceteiros fossem uma “massa manipulável” nas mãos das lideranças anarquistas (ou dos policiais que os interrogavam). O pedreiro analfabeto Luciano Barreiros foi explícito em seu depoimento, “acompanhou a greve por união de classe”, e o canteiro analfabeto Fernando Gomes não conhecia ninguém “como cabeça do movimento, sendo o ‘suspendimento’ do trabalho acordado entre os próprios trabalhadores”. Alguns dos que falaram em “ordens” e “chefes” eram analfabetos, mas alguns militantes grevistas nas pedreiras também o eram. A investigação queria saber também quem era o presidente do sindicato, para incriminá-lo, e dois depoimentos são interessantes: em um deles, o alfabetizado canteiro português José Pereira, talvez percebendo as implicações da situação, disse que “é pro-

vável que o sindicato tenha um presidente que o declarante não conhece”. Já o provavelmente semi-alfabetizado Alfredo Fernandes Lages assim percebe a prática libertária da rotatividade no secretariado das assembleias: “(o sindicato) é presidido por qualquer operário aclamado na sessão (...), tendo sempre assim outro presidente, não havendo, portanto, responsáveis”.²⁸

Seria difícil aos analfabetos ocuparem cargos de dirigentes sindicais, fazerem discursos em comícios, ou acompanharem procedimentos administrativos em assembleias. Mesmo para as lideranças, a semi-alfabetização era problema, como se viu no ofício transcrito e na ajuda que pediram a um caixeiro na escrita de outros ofícios e documentos. Mas havia um meio dos analfabetos participarem das atividades e da militância sindicais: ser membro da “tropa de choque” da entidade. Ao contrário do que se pensa, vinculando à violência desses trabalhadores a posições anarquistas, o ápice da participação de analfabetos nesse sindicato seriam os ataques tumultuosos de grevistas a “carneiros” e não, por exemplo, a impessoalidade da dinamite (material rotineiro no trabalho nas pedreiras, mas cujo uso em greves da categoria não deixou, salvo engano, registros). O envolvimento pessoal no confronto físico abre as melhores possibilidades deles participarem na gestão da oferta de mão-de-obra, ponto chave da atividade sindical. Portanto, a violência não era,

nessas categorias, a linguagem da desrazão e do desespero, mas componente de um código de honra masculina, compartilhado por lideranças e liderados, e utilizado como meio na luta sindical, pouco diferente de outras experiências sindicais da época.²⁹ Não é ne-

cessário ser alfabetizado para cortar pedras, mas o desafio masculino é claro no caso do cartão do diretor da pedreira municipal em Porto Alegre: antes de dizer o que fazer com o papel por ele escrito, os canteiros reclamaram “ele que venha cortar pedra”.

N O T A S

1. Para confronto físico como atividade lúdica, ver Carolyn Conley, "The agreeable recreation of fighting", *Journal of Social History*, 33.1 (1999) 57-72. Capturado em 17 jun. 2000, online, disponível na Internet: http://muse.jhu.edu/journals/journal_of_social_history/v033/33.1conley.html. Exceto indicação em contrário, todas as referências à greve em Porto Alegre provêm do processo crime n. 856, Porto Alegre, Tribunal do Júri (réus: Ângelo Cavanellas e outros, maço 53, estante 29 e/c., 1917), Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Os jornais agora mencionados, todos de Porto Alegre, foram anexados a este processo ou se encontram no Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa (*O Diário*, 5-6 jan. e 22 e 20 mar. 1917; *Última Hora* e *A Noite*, 19 mar. 1917; *A Federação*, Porto Alegre, 24 mar. 1917).
2. Para a conduta de padeiros e tecelões em Porto Alegre, ver Adhemar Lourenço da Silva Júnior, *Povo! Trabalhadores! tumultos e movimento operário*, Porto Alegre, dissertação de mestrado em história-UFRGS, 1994, pp. 271-276 e 283; processos crimes n. 526 (réu: Paulino Rodrigues da Rosa, maço 29, estante 29 e/c., 1914) e n. 1029 (réu: Leopoldo Silva, maço 67, estante 29 e/c., 1919); relatório das investigações policiais procedidas acerca das agressões de João Fantinel, ocorrida em 4 do corrente, enviado ao doutor juiz distrital do crime em 8 de janeiro de 1917, Polícia, Documentação avulsa, Porto Alegre. Transcrição de relatórios do 3º Distrito, 1914-1917, cód. 48 (Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul). O texto sobre a greve é o de Sérgio da Costa Franco, "A greve dos calceteiros", *ZH Cultura*, Porto Alegre, 10 nov. 1990, p. 6. Para anarquistas expropriadores no Uruguai e Argentina, ver Salvador Neves e Alejandro Pérez Couture, *Pólvora y tinta: andanzas de bandoleros anarquistas*, Montevideu, 1993 e Osvaldo Bayer, *Los anarquistas expropiadores*, Montevideu, Recortes, 2001. A pesquisa sobre essas categorias já foi feita em minha dissertação de mestrado (op. cit., pp. 29-124), financiada pela CAPES e desenvolvida ulteriormente com bolsa FAPERGS. Outras dimensões da conduta dos canteiros podem ser vistas em Adhemar Lourenço da Silva Júnior, "Contribuição a uma história dos de baixo do sindicalismo", *Estudos Ibero-americanos*, Porto Alegre, v. 21, n. 1, pp. 61-83, 1995; e idem *Quem construiu o calçamento da Rua da Praia? (E de outras tantas ruas do Cone Sul)*, em Ana Lúcia Velinho D'Angelo (org.), *Histórias de Trabalho*, 5ª versão, 1995, Porto Alegre, 1996, pp. 135-154.
3. Para a falta de calceteiros em 1823, ver Antônio José Gonçalves Chaves, *Memórias econômico-políticas sobre a administração pública do Brasil*, Porto Alegre, Companhia União de Seguros Gerais, 1978, pp. 106-107. Para os demais anos ver os relatórios da Diretoria de Obras da Intendência Municipal de Porto Alegre, Arquivo Histórico Municipal de Porto Alegre, 1896 (pp. 12-15) e 1897 (pp. 17-19). As pedras extraídas de pedreiras rio-grandenses para a construção do Palácio Piratini, por falta de tecnologia, custariam o triplo do calcáreo proveniente da França; cf., Doris Maria Machado de Bittencourt, *Os espaços do poder na arquitetura do período positivista do Rio Grande do Sul: o Palácio do Governo*, Porto Alegre, dissertação de mestrado em história do Brasil-PUCRS, 1990, pp. 133-134 e 139. Segundo o jornal *A Federação* (Porto Alegre, 23 out. 1926, p. 5), o lento ritmo de pavimentação em Porto Alegre na época devia-se à "falta de calceteiros e socadores, serviço que exige habilitação do operário".
4. O memorialista referido para cantaria é Gregório Bezerra, *Memórias*: primeira parte (1900-1945), 3ª. ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980, p. 192. Outra imagem do trabalho em pedreiras (também no Rio de Janeiro) é a de João do Rio, *A fome negra: a alma encantadora das ruas*, Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1991, pp. 113-117. Detalhes técnicos, inclusive os decorrentes da concorrência pública, ver em: relatório da Diretoria de Obras da Intendência Municipal de Porto Alegre, Porto Alegre, 1917-1918; ver também Relatório e projeto de orçamento para o exercício de 1916 apresentado ao Conselho Municipal na sessão ordinária de 1915, Porto Alegre, Oficinas Gráficas d'A Federação, 1915, pp. 46-48; relatório da Diretoria da Viação Fluvial, Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas, Rio Grande do Sul, 1916; Lelis Espartel, estradas de rodagem, execução e movimento de terras, Egatea, Porto Alegre, v. VII, jan.-fev. 1922, pp. 25-32; Benno Hofmann, A pedreira do Capão do Leão, Egatea, Porto Alegre, v. 12, n. 2, mar-abr. 1926, pp. 91-105 (continua no v. 21, n. 3, maio-jun. 1926, pp. 164-172); Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, Minerais do Paraná S.A. Gerência de Fomento e Economia Mineral; ver também *Paralelepípedos e alvenaria poliédrica*: manual de utilização. s/l : s/ed., 1983, pp. 11-13. Sobre o trabalho dos ferreiros, ver depoimento constante em *Processo*, fl. 90.
5. Para a migração interna de trabalhadores no Brasil da época, ver Josué Modesto dos Passos Sobrinho, *Migrações internas: resistências e conflitos (1872-1920)*, Cadernos de Estudos

Sociais, Recife, v. 8, n. 2, jul.-dez. 1992 pp. 235-260, e Silvia Regina Ferraz Petersen, *Cruzando fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira* (anos 90), Porto Alegre, n. 3, jun. 1995, pp. 137-142. Para a subvenção da viagem do Rio a Porto Alegre pelo Ministério da Agricultura, ver *A Luta*, Pelotas, 31 maio 1916. Os dados e depoimentos foram extraídos do processo, ff. 17-19 e 87-90. Sobre Felipe Prieto fora de Porto Alegre, ver os periódicos *La Batalla*, Montevideu, 30 jun. e 10 out. 1918 e *El Picapedrero*, Montevideu, ago. 1919. Para as demais referências sobre o Uruguai, ver German d'Elia e Armando Miraldi, *História del movimiento obrero en el Uruguay: desde sus orígenes hasta 1930*, Montevideu, Banda Oriental, 1986, p. 127; *La Batalla*, Montevideu, nov. 1916; *El Picapedrero*, Montevideu, abr. 1919. Para marmoristas em Porto Alegre, ver *A Luta*, Porto Alegre, 29 set. e 10 out. 1906. (Os jornais uruguaios foram consultados na Biblioteca Nacional desse país).

6. Respectivamente: *La Batalla*, Montevideu, jul. 1915; *El Picapedrero*, Montevideu, abr. 1919; Sebastián Marotta, *El movimiento sindical argentino: su génesis y desarrollo*, 2ª. ed., Buenos Aires, Libera, 1975, p. 501; *Opinião Pública*, Pelotas, 4 abr. 1914. Sobre a migração de canteiros entre Portugal e Rio de Janeiro, ver *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, 1º jun., 1º set. e 1º nov. 1913; entre Rio de Janeiro e Tandil, ver 17 abr. 1909.
7. Sobre mobilidade geográfica e consciência de classe, refiro-me a à passagem de June E. Hahner, *Pobreza e política: os pobres urbanos no Brasil - 1870-1920*, Brasília, Ed. UnB, 1993, p. 252: "Os imigrantes que percebiam problemas (...) freqüentemente procuravam soluções mudando de emprego ou de uma região para outra, ou mesmo retornando para a Europa, em vez de através da ação coletiva". As demais referências são: *A Luta*, Pelotas, 31 maio 1916; *Correio do Povo*, Porto Alegre, 17 jul. e 20 mar. 1917; Carlos Zubillaga, Jorge Balbis, "Historia del movimiento sindical uruguayo", tomo III, em *Vida y trabajo de los sectores populares (hasta 1905)*, Montevideu, Banda Oriental, 1988, p. 106; Marotta, op. cit., p. 371 e 499; *O Diário*, Porto Alegre, 20 mar. 1917; *Opinião Pública*, Pelotas, 11 abr. 1914 (os jornais de Pelotas foram consultados na Biblioteca Pública da cidade); A greve dos trabalhadores do calçamento [Boletim anexo ao processo]; processo, ff. 58, 60 e 69. Para o futebol na Colônia Africana, ver *O Syndicalista*, Porto Alegre, 17 jun. 1919, p. 3. Para Ribeirão Pires (inclusive com prática de futebol), ver Antônio José Marques, *Os trabalhadores em pedreiras de Ribeirão Pires: a organização sindical dos canteiros e as lutas operárias no começo do século XX*, São Paulo, dissertação de mestrado em história-USP, 1996, p. 39 e pp. 138-139.
8. Respectivamente: *O Diário*, Porto Alegre, 25 jan. 1912; *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, 1º dez. 1913 e 6 dez. 1908; *El Picapedrero*, Montevideu, jul. 1925, mar. 1919 e nov. 1918.
9. Respectivamente ver Carlos Zubillaga e Jorge Balbis, op. cit., p. 87; *Correio do Povo*, Porto Alegre, 8-12 set. 1916; Universindo Rodríguez Díaz, *Los sectores populares en el Uruguay del novecientos: primera parte* (1907-1911), Montevideu, Compañero, 1989, pp. 81 e 88-89; Marotta, op. cit., pp. 446 e 501.
10. Marotta, op. cit., pp. 531-533; *El Picapedrero*, Montevideu, ago. 1919.
11. Processo, f. 85. Para o caso de La Plata: "8º - Todo empresário que tiver operário incompetente e (...) quiser suspendê-lo, deverá participar à comissão administrativa para que esta averigüe se é ou não correto", ver *El Picapedrero*, Montevideu, 31 dez. 1919.
12. Para contatos entre os canteiros do Rio de Janeiro e os de Portugal, ver *A Voz do Trabalhador*, 1º set. e 1º jun. 1913; 20 jun. 1914. Para textos de passes, ver *El Picapedrero*, Montevideu, nov. 1918; fev., nov. e dez. 1919; nov. 1920. Para comparações com textos no Brasil, ver o passe tipografado do Sindicato dos Canteiros em Pedra-Granito, (Congresso Operário de 1913), Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, cód. 41-2-22-A, doc. 36.
13. Investigações procedidas n. 3, DP 3º distrito, jun. 1917 a 17 abr. 1918, delegado Eduardo Sarmiento, 10 abr. 1918, Museu da Academia de Polícia, cód. 582. Agradeço a Joan Lamaysou Bak pela oferta dessa fonte.
14. Sindicato dos Canteiros e Classes Anexas, *Boicote à pedreira de Rodolpho River*, Porto Alegre, 12 fev. 1917. (Anexo ao processo, f. 56).
15. *El Picapedrero*, Montevideu, out. e nov. 1919.
16. Respectivamente: processo, ff. 83 e 85-86; 69-70 e 78; 84, 87-88, 90-92, 96, 97.
17. Processo, ff. 165-166 e 21

18. Respectivamente: Carlos Zubillaga e Jorge Balbis, "Historia del movimiento sindical uruguayo", tomo I; em *Cronología y fuentes (hasta 1905)*, Montevideu, Banda Oriental, 1985, pp. 129-131; o depoimento consta em Graciela Saprizza, *Los caminos de una ilusión*. 1913: huelga de mujeres en Juan Lacaze, Montevideo, Fin de Siglo, 1993, p. 103; *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, 1º maio e 22 jun. 1909.
19. *El Picapedrero*, Montevideu, mar. 1919.
20. Para o Rio de Janeiro, ver *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, 15 ago. 1908. Em Porto Alegre, o termo ocorre quando relatado no começo deste texto. O termo estaria também implícito na ameaça feita a Carlos Bento de Lima, na mesma data, quando se dirigia às obras do calçamento: "que não trabalhasse, senão lhe cortariam o pescoço." (processo, f. 13). A ocorrência do termo é abundante no Uruguai e a própria lista de expressões seria interminável. Os exemplos citados provêm de *El Picapedrero*, Montevideu, fev., abr. e out. 1919. Outras expressões também ocorrem nesse jornal: "elementos corrompidos" (nov. 20) e "potrilho gordo com cara de idiota" (abr. 1919).
21. *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, 30 out. e 9 dez. 1909; *El Picapedrero*, Montevideu, jun. 1919; Yara Aun Khoury, *As greves de 1917 em São Paulo*, São Paulo, Cortez/ Autores Associados, 1981, p. 135 (reproduzindo *A Plebe*, São Paulo, 16 jun. 1917).
22. Respectivamente: *El Picapedrero*, Montevideu, jul. 1925 e jan. 1919; *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, 1º jul. 1913.
23. *O Diário*, Porto Alegre, 20 mar. 1917; *Rebelião*, Porto Alegre, 14 mar. 1917; processo, ff. 208-209; *Correio Mercantil*, Pelotas, 24 jan. 1914; *Diário Popular*, Pelotas, 4 mar. 1914.
24. A narração básica provém do processo e da imprensa de Porto Alegre. A demissão dos implicados está em *El Picapedrero*, Montevideu, nov. 1918. Para a contribuição de outros sindicatos, *Correio do Povo*, Porto Alegre, 21 jul. 1917.
25. A sensibilidade à violência depende de definição, e os trabalhadores em pedra poderiam ser insensíveis à violência do confronto físico. Mas são explícitos ao atribuírem à greve geral de 1919 em Porto Alegre, quando houve choques com a polícia, o seguinte lema: "ou a violência de cima, ou a de baixo", *El Picapedrero*, Montevideu, out. 1919.
26. Para a distinção entre anarquismo e sindicalismo, ver Adhemar Lourenço da Silva Junior, *Anarquismo e movimentos sociais: uma tipologia de suas relações*, *Cadernos do CPG História UFRGS*, Porto Alegre, v. 8, pp. 3-23, 1993 e, Cláudio H. M. Batalha, *O movimento operário na Primeira República*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2000, pp. 24-25, ver também *O Ideal Libertário*, Rio de Janeiro, Centro Libertário, s/d, anexo ao processo... ff. 38-41. Para divergências políticas no Uruguai e Argentina, ver Fernando López d'Alessandro, *Historia de la izquierda uruguaya: la fundación del partido comunista y la división del anarquismo (1919-1923)*, Montevideu, Vintén, 1992, p. 248; Marotta, op. cit., pp. 470-471, 487-489, 524-535; *El Picapedrero*, Montevideu, nov. 1919. Para relações do sindicato em Porto Alegre com a Federação (Operária), ver *El Picapedrero*, Montevideu, fev. 1919. Para as relações dos sindicatos das demais cidades com a Federación, ver *El Picapedrero*, Montevideu, nov. 1918; jul., nov. e 31 dez. 1919, nov. 1920.
27. Quanto à relação do trabalhador comum com a orientação política das lideranças, Eric J. Hobsbawm afirma: "Afim, ao nível do militante (...), as diferenças doutrinárias ou programáticas (...) são geralmente muito irrealis e podem ter pouca importância (...). Assim se compreende que a transferência da liderança do sindicato dos trabalhadores do tabaco de Cuba das mãos dos anarco-sindicalistas para as dos comunistas não tenha introduzido qualquer modificação substancial nem em suas atividades sindicais, nem na atitude de seus membros e militantes.", *Revolucionários*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982, pp. 72 e 75. Quanto à ignorância dos canteiros do Rio de Janeiro, ver *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, 13 jan. 1909 (o que seria ratificado pelas incorreções ortográficas semelhantes às aqui citadas – desde o processo, f. 136 – por: ofício do Sindicato dos Operários das Pedreiras ao Congresso Operário de 1913, op. cit., doc. 8). Embora Marques (op. cit., p. 42) diga o contrário para os canteiros de Ribeirão Pires, a reprodução de uma carta no *El Picapedrero* (Montevideu, out. 1920) indica a mesma pouca familiaridade com a expressão escrita. Sobre analfabetos e conceitos abstratos, ver Mercedes Vilanova, "Anarchism, political participation and illiteracy in Barcelona between 1934 and 1936", *The American Historical Review*, v. 97, n. 1, fev. 1992, pp. 96-120.
28. Os depoimentos transcritos de analfabetos constam no processo, ff. 71 e 86; para analfabetos falando em "ordens", "chefes", ff. 69 e 78; sobre militantes analfabetos nas pedreiras, ver f. 65; os depoimentos sobre o "presidente" do sindicato estão nas ff. 84 e 95-96.

29. Para o recurso ao caixeiro, ver processo, f. 75. Para analfabetos como “tropa de choque”, Vilanova, op. cit., p. 116. Para masculinidade e sindicalismo, ver Francis Shor, “Virile syndicalism”, *Comparative Perspective* capturado em 6 nov. 2000, online, disponível na Internet: <http://bari.iww.org/history/Shor1.html>.

A B S T R A C T

From a single case – when stonecutters and pavers attacked strikebreakers in Porto Alegre – and comparing the workers in several cities (with several kinds of sources, from several archives, from several places), The author argues that similar life conditions and permanent migration created a labor market and a labor network, whose central point was the closed shop. But the workers’ illiteracy was a problem on managing the labor network, and even political concepts. The illiterates’ feelings of being participants in trade unions were clear, if they manfully beat those who tried to defeat the closed shop.